



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003
Data de instalação	28/11/2006
Data da última correição	23 de setembro de 2021
Período correicionado	1º/9/2021 a 28/2/2022

Aos 24 dias do mês de março de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 004/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação do Juiz titular, Arnaldo José Duarte do Amaral, do Juiz substituto José de Oliveira Costa Filho, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/9/2021 a**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

28/2/2022 (6 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Arnaldo José Duarte do Amaral	19/11/2006 - Ato TRT GP nº 297/2006

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
José de Oliveira Costa Filho	10/12/2014 - Ato TRT GP nº 587/2014

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **15** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Andreia Ferreira Fernandes Vieira	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	02/07/2019
Anete Escorel de Araujo Silva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	17/08/2011
Carmen Jeanne Rodrigues de Lacerda Fragoso	Técnico Judiciário – Assistente III	21/11/2006
Davi Medeiros Cabral	Analista Judiciário	10/02/2022
David Sandro Gadelha Barbosa	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	27/11/2017
Francisco Anilton Alves Ramalho	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	21/11/2006
Gilberto Pedro Souza da Silva	Auxiliar Judiciário – Secretário de Audiencia	04/12/2012
Ingrid Pires Gomes da Costa	Técnico Judiciário – Assistente III	02/07/2018
Joana Montenegro Dantas	Técnico Judiciário	17/08/2011
Lucio da Nobrega Mascena	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	07/04/2014
Manoel Teotonio Ramalho	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	21/11/2006
Maria Dalva dos Santos Ferreira	Técnico Judiciário – Calculista	21/11/2006
Moema Guedes Arnaud	Técnico Judiciário	04/02/2020
Sávio Maia Bastos	Técnico Judiciário – Assistente III	26/07/2016
Simone Mendes de Melo	Analista Judiciário – Calculista	20/04/2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por fase processual (conhecimento, liquidação e execução) e por faixa, por meio da numeração final do processo, no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

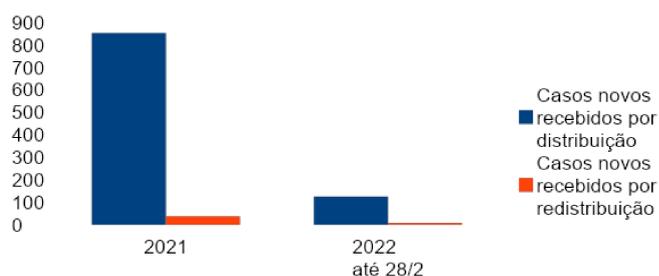
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 28/2/2022, um acervo processual de **2.551** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.069
Fase de Liquidação	8
Fase de execução	1.463
Cartas precatórias e de ordem	11
TOTAL	2.551

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

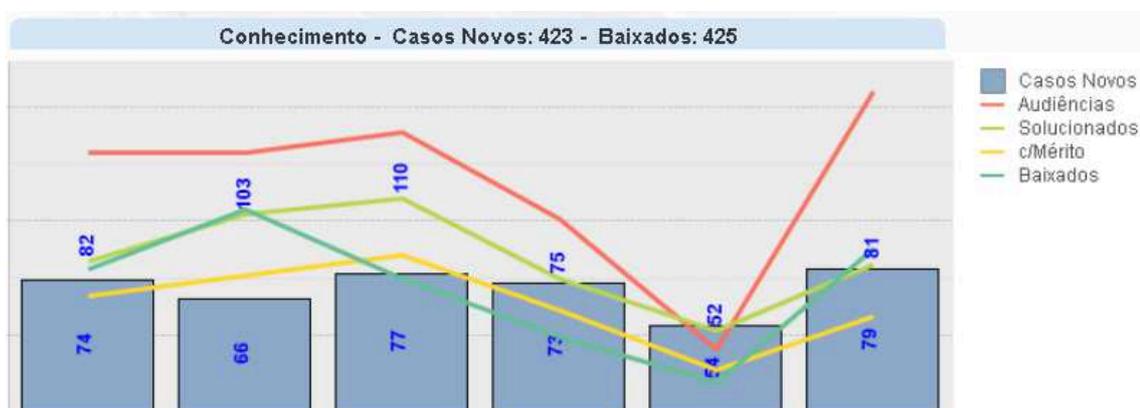
Item	2021	2022 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	850	126
Casos novos recebidos por redistribuição	38	7
TOTAL	888	133





No período correicionado, não há registro de processo recebido com sentença anulada pelo próprio juízo, como também, de processo com sentença anulada pela instância superior.

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2021 a fevereiro/2022):

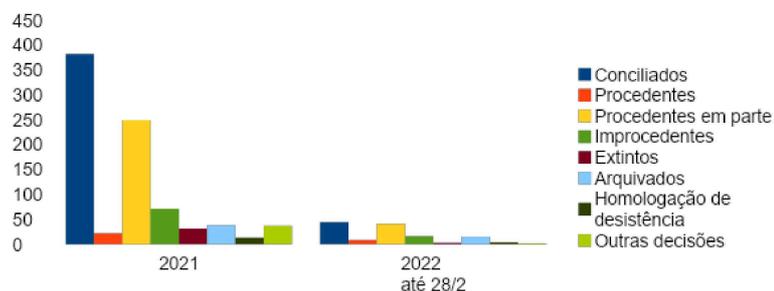


2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
Conciliados	382	44
Procedentes	22	8
Procedentes em parte	249	41
Improcedentes	71	16
Extintos	31	3
Arquivados	38	15
Homologação de desistência	13	4
Outras decisões	37	2
TOTAL	843	133



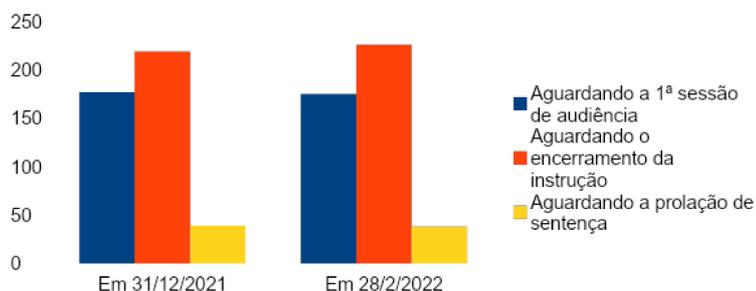
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 28/2/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	177	175
Aguardando o encerramento da instrução	219	226
Aguardando a prolação de sentença	39	38
TOTAL	435	439



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	2021	2022 em 28/2	Varição (%) 2021/ 2022
Fase de conhecimento	1.073	1.069	-0,37%
Fase de liquidação	6	8	33,33%
Fase de execução	1.535	1.463	-4,69%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	62	55	61	182	41
Conciliação em conhecimento	5	4	3	4	18
Conciliação em Execução	13	9	24	17	4
Una	1	1	0	0	0
Instrução	30	37	38	10	45

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira, com algumas pautas extras às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correio-nada
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	158,25
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	117,33
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	139,33
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	91,17
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	51,75
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	117,58



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correio- nada
TOTAL	680	1001	1089	831	685	873	1082	491	781	696	767	699	821	809,58

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	131	102
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	107	98
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	183	177
Da conclusão à prolação da sentença	17	25
Do ajuizamento até a prolação da sentença	184	183

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	207	33
	Baixados	191	36
	Pendentes	28	27
Tutela Provisórias	Recebidos	126	13
	Apreciadas	106	16
	Pendentes	11	8
Liquidação /Execução	Recebidos	67	11
	Baixados	53	7
	Pendentes	15	16

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2021 a 28/2/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes



Recurso ordinário	155	119	36
Recurso adesivo	5	4	1
Agravo de petição	41	33	12
Total	201	156	49

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **173** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **289** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **211** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/02**, é de **172** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **235** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **193** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **184** dias, para o ano base de **2021**, e de **183** dias, relativo a este ano de **2022**, até 28 de fevereiro.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.333** dias, e de **1.439** dias, referente ao exercício atual até o dia 28 de fevereiro.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de **2021**, foi o **4º** maior prazo da jurisdição e o **7º** maior prazo de todo o Regional.

8. Fase de execução (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
Execuções pendentes	1.855	1.424
Execuções iniciadas	240	36
Desarquivados	588	112



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recebidos de outros Órgãos	2	-
Execução de título extrajudicial	3	-
Execuções encerradas	616	116
Remetidos a outros Órgãos	7	-
Processos arquivados provisoriamente	297	40
Total de processos pendentes de execução	1.424	1.343



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus) parei aqui

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 8.280.742,84	R\$ 1.816.540,23
Espontâneo	PJe	R\$ 1.982.961,79	R\$ 141.233,50
Execução	PJe	R\$ 9.698.236,03	R\$ 1.021.678,15
TOTAL		R\$ 19.961.940,66	R\$ 2.979.451,88

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 229.215,10	R\$ 35.810,18
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.581.474,46	R\$ 251.622,83
Imposto de renda	PJe	R\$ 186.854,27	R\$ 57.268,80
TOTAL		R\$ 2.997.543,83	R\$ 344.701,81

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO



10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/09/2021 a 28/02/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	Pje	279
INFOJUD	Pje	124
SIMBA	Pje	-
RENAJUD	Pje	161
BNDT	Pendentes (PJe)	421
	Incluídos (PJe)	97

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	100,74%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	91,95%
Unidade Correicionada	99,23%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **126** casos novos (por distribuição) e **128** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **99,23%**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	103,93% da Meta 2
	96,65% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	102% da Meta 2
	94,86% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	93,69% da Meta 2
	87,13% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	138,30% da Meta 3
	53,25% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	72,85% da Meta 3
	70,52% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	98,22% da Meta 3
	90,1% de índice de conciliação



Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.	
Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	94,39%

Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	53,28%
Unidade Correicionada	49,44%

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, entre os anos de 2020 e 2021, e uma leve redução nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 28/02
Fase de conhecimento	576	743	117
Fase de execução	574	779	116

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.037
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	858
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 28/2)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	181
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	174
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	165
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	162
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	149
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	137
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	135
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	132
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	125
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	117
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	113
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	105

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 28/2)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	208
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	133
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	116
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	107
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	97
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	91
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	91
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	85
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	80
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	75
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	65
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	60
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **614ª colocação**, entre as 1571 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (474 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de conges- tamento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
12ª Região - MT - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	9º	56º	7º	43º
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	8º	104º	3º	1º	76º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	13º	15º	214º	2º	12º
13ª Região - PB - 9ª Vara de João Pessoa	245º	357º	240º	43º	211º	233º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - MT - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	39,14	32,88	582,34
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	91,05	52,04	1.328,65
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	74,71	63,21	413,38
13ª Região - PB - 9ª Vara de João Pessoa	245º	183,65	4	1.333,13

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - MT - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	886	90	8
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	391	669	9
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	823	476	8
13ª Região - PB - 9ª Vara de João Pessoa	245º	743	779	14

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2021, estando a 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.571 varas do país (consulta realizada em 21/03/2022):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 2021	642°	434°	1.039°	301°	779°	958°
junho 2021	500°	372°	893°	247°	608°	759°
setembro 2021	531°	393°	732°	226°	696°	853°
dezembro 2021	614°	933°	710°	145°	552°	728°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.571 varas do país (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

Vara	Colocação no IGEST
13ª	76ª
11ª	80ª
3ª	109ª
12ª	215ª
10ª	247ª
5ª	249ª
6ª	316ª
7ª	323ª
1ª	342ª
4ª	427ª
9ª	614ª
8ª	786ª



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2ª

888ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
9ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
183,65 dias	194 dias
Início ao encerramento da liquidação	
9ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1687,7 dias	206,5 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
9ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.395,97 dias	1.056 dias
Início à extinção da execução - ente público	
9ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
705,93 dias	792,3 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
9ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.121,9 dias	1.040 dias

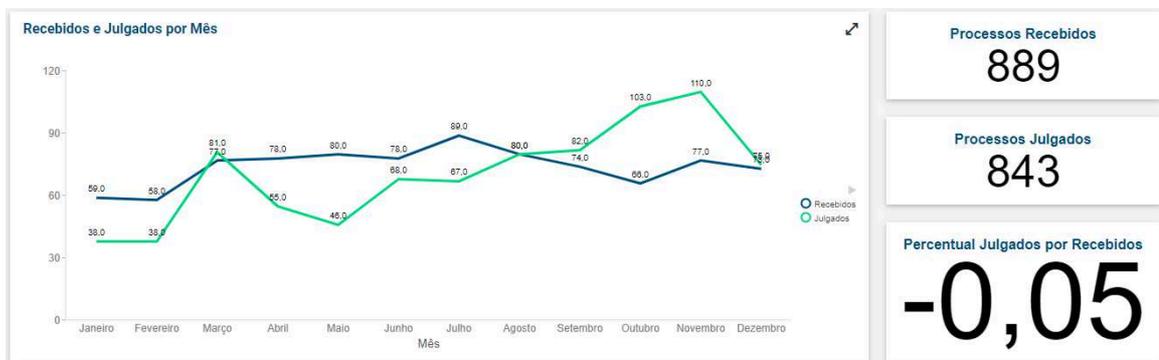
Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Percentual de processos julgados por recebidos	
9ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-5,2%	5,1%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUIZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular (Fonte: PROAD e SAOAdm)

Arnaldo José Duarte do Amaral - setembro/2021 a fevereiro/2022			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Licença para tratamento de saúde	SAOAdm	19/1/2022 a 21/1/2022	3
Licença para tratamento de saúde	SAOAdm	22/1/2022 a 29/1/2022	8
Férias	Proad nº 25027/2021	30/1/2022 a 18/2/2022	20

Juiz Substituto (Fonte: PROAD e SAOAdm)

José de Oliveira Costa Filho - setembro/2021 a fevereiro/2022			
Motivação	Normativo	Período	Dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Licença para tratamento de saúde	SAOAdm	22/1/2022 a 31/1/2022	10
Férias	Proad nº 25027/2021	14/2/2022 a 28/2/2022	15

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/9/2021 a 28/2/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Encerramento Instrução	Inquirição Testemunha	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação execução	Total
Jose de Oliveira Costa Filho	1	66	13	1	173	9	11	274
Arnaldo José Duarte do Amaral	-	54	13	-	184	14	5	270
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	1	28	2	-	10	-	3	44
Paulo Nunes de Oliveira	-	2	-	-	22	-	1	25
George Falcão Coelho Paiva	-	3	2	-	7	-	-	12
Mariana Petit Horacio de Brito	-	5	1	-	-	-	-	6
Lindinaldo Silva Marinho	-	2	-	-	7	-	-	9

13.4 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)



Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Mariana Petit Horacio de Brito	-	2	1	3
Jose de Oliveira Costa Filho	56	19	15	90
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	-	1	-	1
George Falcão Coelho Paiva	-	2	-	2
Arnaldo José Duarte do Amaral	59	15	9	83

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito						Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Outras Decisões	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Arnaldo José Duarte do Amaral	92	4	86	28	-	-	11	8	11	240
George Falcão Coelho Paiva	2	-	-	1	-	-	1	-	-	4
Jose de Oliveira Costa Filho	96	13	65	15	-	-	22	3	14	228
Mariana Petit Horacio de Brito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Paulo Nunes de Oliveira	2	-	1	-	-	-	2	-	-	5
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	9	-	-	-	-	-	2	1	1	13
Lindinaldo Silva Marinho	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1

No período correccionado, o Juiz titular laborou 153 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,57 processo/dia. O Juiz substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

laborou 156 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,46 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	293
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	137
Homologação da Transação Extrajudicial	31
Consignação em Pagamento	19
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	6
Ação de Cumprimento	5
Embargos de Terceiro Cível	3
Ação Civil Pública Cível	2
Ação Civil Coletiva	2
Tutela Cautelar Antecedente	2
Produção Antecipada da Prova	1
Mandado de Segurança Cível	1
Ação de Exigir Contas	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
Jose de Oliveira Costa Filho	70	89,74%
Arnaldo José Duarte do Amaral	85	94,44%
Paulo Nunes de Oliveira	0	0%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL



Magistrado	Total
Arnaldo José Duarte do Amaral	240
George Falcão Coelho Paiva	4
José de Oliveira Costa Filho	228
Lindinaldo Silva Marinho	1
Mariana Petit Horácio de Brito	1
Paulo Nunes de Oliveira	5
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	13

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 19 dias

Magistrado	Dias
Arnaldo José Duarte do Amaral	29
George Falcão Coelho Paiva	0
José de Oliveira Costa Filho	9
Mariana Petit Horácio de Brito	0
Paulo Nunes de Oliveira	3
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	2

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correção do ano de 2021 e a presente correção, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 14/01/2022, destacando o magistrado titular o incremento das pautas de audiências do tipo inicial e instrução, como dito no plano de trabalho apresentado nos autos do PROAD 21451/2021, bem como que os servidores foram alertados para regular registro correto de pagamentos e detalhou os processos que foram regularizados

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correção -> Observatório Dashboard.



18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre setembro de 2021 e fevereiro de 2022 - 6 meses, os pagamentos discriminados abaixo:

Devolução ao reclamado	R\$ 13.546,34
Pagamento ao perito	R\$ 3.638,69
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 2.689,46
TOTAL	R\$ 19.874,49

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0130103-16.2014.5.13.0003, 0001564-89.2016.5.13.0026, 0000503-91.2019.5.13.0026, 0131991-14.2015.5.13.0026 (os dois últimos com certidão de inexistência de contas judiciais).

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), o Juiz titular e o substituto não participaram de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução.

Constata-se que os magistrados Arnaldo José Duarte do Amaral e José de Oliveira Costa Filho, no primeiro semestre de 2021, **não participaram de atividades de formação continuada** (Resolução ENAMAT nº 09/2011).

No segundo semestre de 2021, o magistrado Arnaldo José Duarte do Amaral participou de capacitações oferecidas pela ENAP e Ejud 13, totalizando 14h, enquanto que o magistrado José de Oliveira Costa Filho participou de capacitações oferecidas pela Ejud 13, totalizando 4h.

Conclui-se, portanto, que **não foi cumprida a carga horária mínima semestral de 30 horas-aula por semestre** (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
ANDREIA FERREIRA FERNANDES VIEIRA	TRT - TRABALHO INFANTO JUVENIL DESPORTIVO E ARTÍSTICO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
ANETE ESCOREL DE ARAUJO SILVA	TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

DAVI MEDEIROS CABRAL	TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO
DAVID SANDRO GADELHA BARBOSA	TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO
GILBERTO PEDRO SOUZA DA SILVA	TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO
INGRID PIRES GOMES DA COSTA	TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JOANA MONTENEGRO DANTAS	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

<p>LUCIO DA NOBREGA MASCENA</p>	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p>
<p>MARIA DALVA DOS SANTOS FERREIRA</p>	<p>TRT - PANDEMIA, DIREITOS HUMANOS E TUTELA INTERNACIONAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MÓDULO IV - NUTRIÇÃO DA MENTE / SEGEPE</p> <p>TRT - DIVERSIDADE, GÊNERO E RAÇA - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MÓDULO II - VAMOS CUIDAR DA SAÚDE MENTAL? / SEGEPE</p> <p>TRT - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ACESSIBILIDADE, DE QUAL ACESSIBILIDADE FALAMOS ? - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<p>SIMONE MENDES DE MELO</p>	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
CARMEN JEANNE RODRIGUES DE LACERDA FRAGOSO
FRANCISCO ANILTON ALVES RAMALHO
MANOEL TEOTONIO RAMALHO
MOEMA GUEDES ARNAUD
SÁVIO MAIA BASTOS

Da análise das informações prestadas, evidenciada a baixa participação de alguns servidores e magistrados em atividades de capacitação promovidas pela Escola Judicial, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltados à efetividade da atividade jurisdicional, bem como que os magistrados participem de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 17 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foi registrada uma ocorrência na Ouvidoria nos últimos seis meses, devidamente respondida.



21. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) revisitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores



disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR nº 004/2022.

2. Recomendações específicas

a) priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação, providenciando o incremento da pauta, observando-se permanentemente o quantitativo de casos novos distribuídos e o interstício mínimo necessário para as providências que antecedem as audiências, buscando alcançar os seguintes prazos:

- **do ajuizamento à realização da primeira audiência: 30 dias** (realizar pautas do tipo inicial para processos novos com, no mínimo, 20 dias úteis, caso seja necessária a expedição de intimação via postal (prazo legal e cumprimento pelo e-carta);
- **do ajuizamento ao encerramento da instrução: 120 dias** (realizar, **no mínimo**, 10 instruções por semana, e incrementar a pauta a fim de possibilitar que o prazo médio da 1ª audiência ao encerramento da instrução esteja em 30 dias corridos, procedendo-se, como exemplos de providências, à inclusão diária de mais processos em pauta, abertura de novos dias, designação de processos no período da tarde;
- do ajuizamento à prolação da sentença: 150 dias.

b) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

c) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

d) monitorar o “escaninho” no PJe e orientar a equipe à proceder à revisão com regularidade, evitando-se que haja demora excessiva na apreciação de petições, podendo-se citar os processos 0000253-87.2021.5.13.0026, 0000277-91.2016.5.13.0026, 0000406-91.2019.5.13.0026;



- e) utilizar a prática de “despacho com força de ofício”, fazendo constar prazo para resposta e sanção na hipótese de descumprimento do prazo, a fim de otimizar a rotina da secretaria, a exemplo dos processos 0001392-16.2017.5.13.0026, 0173200-94.2014.5.13.0026;
- f) evitar despachos que determinem a designação de audiências, já devendo, na elaboração da minuta, serem informados tipo, data, horário e link se for o caso, evitando-se que o processo fique paralisado aguardando providências do setor, exemplo do processo 0000255-57.2021.5.13.0026;
- g) aos magistrados Arnaldo José Duarte do Amaral e José de Oliveira Costa Filho, participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, destacando-se que deve ser cumprida carga horária mínima de 30h por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) incentivar a equipe a proceder à correta identificação dos documentos juntados, utilizando-se as opções constantes no tipo de documento, a exemplo de Bacenjud, Renajud, DOI, Infojud, Simba;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000459-38.2020.5.13.0026, 0000815-67.2019.5.13.0026, 0131965-16.2015.5.13.0026, 0019700-81.2009.5.13.0026, 0173200-94.2014.5.13.0026, 0001392-16.2017.5.13.0026;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) proceder à revisão dos processos da tarefa “análises” com regularidade a fim de evitar que permaneçam parados por mais de 48h (em 23/03/2021, há cerca de 200), destacando-se que semelhante recomendação foi lançada na ata de correição de 2021, no entanto, passados seis meses, não houve evolução;
- g) adotar e incentivar que os servidores utilizem o Gigs para cadastro de tarefas específicas para determinados servidores, a exemplo de pesquisas eletrônicas e elaboração de cálculos, com vistas ao melhor gerenciamento das atividades diárias a serem cumpridas;
- h) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- i) participar e incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Aos servidores

- a) proceder, com regularidade, à conclusão aos magistrados dos processos com petição não apreciada, evitando-se que permaneçam paralisados, mesmo com a marcação existente no escaninho, que deverá ser consultado com frequência, bem como efetuar a retirada do aviso, após a conclusão;
- b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0000888-10.2017.5.13.0026, 0000145-92.2020.5.13.0026, 0050700-94.2012.5.13.0026, por exemplo;
- c) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, evitando o



ocorrido nos processos 0113700-39.2010.5.13.0026, 0000847-09.2018.5.13.0026, 0000615-94.2018.5.13.0026;

d) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000459-38.2020.5.13.0026, 0000815-67.2019.5.13.0026, 0131965-16.2015.5.13.0026, 0019700-81.2009.5.13.0026, 0173200-94.2014.5.13.0026, 0001392-16.2017.5.13.0026;

e) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

f) utilizar o giga para facilitar o gerenciamento das tarefas a serem realizadas, evitando-se, por exemplo, que um expediente equivocadamente em aberto retarde a marcha processual, a exemplo do processo 0000951-35.2017.5.13.0026, na tarefa “aguardando prazo” até 23/03/2022, no entanto, decorreu o prazo da intimação à parte exequente em 01/04/2022, mas há expediente antigo aberto;

g) ter atenção quando das conclusões para julgamentos de incidentes, procedendo-se à correta movimentação, a fim de evitar que as sentenças de embargos à execução sejam lançadas como decisão genérica, a exemplo do ocorrido no processo 0113700-39.2010.5.13.0026;

h) quando da expedição de intimações/ofícios para destinatários que não são parte, utilizar, no menu completo, a opção comunicações e expedientes, abstendo-se de alterar o endereço da parte já cadastrado;

i) quando do retorno de respostas do Sisbajud e Renajud com sucesso, cientificar a parte de ofício, sem conclusão para despacho, por se tratar de mero ato ordinatório;

j) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem a informação de inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários (Recomendação TRT13 SCR N° 004/2019);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

k) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (100,74%), 2 (103,93%) e 3/2021 (138,30%). O excelente índice obtido na Meta 3, atinente às conciliações na fase de conhecimento, contribuiu para o atingimento da Meta pelo TRT no ano de 2021, parabenizando-se os magistrados pelos esforços realizados com a finalidade de pacificação social.

Verifica-se, noutro norte, a necessidade de adoção de providências para reestruturação dos procedimentos atinentes à fase de conhecimento. Como pontuado nas recomendações, o empenho dos magistrados no incremento das pautas é medida imprescindível para que os objetivos sejam alcançados, proporcionando a realização de mais audiências diariamente.

O volume de processos pendentes de baixa na fase de conhecimento é o **3º maior de todo o Regional**, podendo-se observar, da tabela relativa às audiências de todas as unidades judiciárias da mesma jurisdição (item 3.2), que a 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa possui **baixa quantidade de quantidade de audiências realizadas**. Além disso, em 2021, a 9ª Vara teve o pior número de processos baixados na fase de conhecimento da jurisdição (apenas 743 processos).

A Corregedoria Regional, desde o ano de 2021, tem monitorado a unidade judiciária com o intuito de proporcionar a disseminação de boas práticas com vistas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. O volume de processos e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

os elastecidos tempos médios da fase de conhecimento já foram objeto de observações na correição realizada em setembro, tendo, ainda, se dirigido diretamente à 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa nos meses de maio e dezembro de 2021 (PROAD 21451/2022) e janeiro de 2022 (PROAD 209/2022), quando tratou do lgest.

Na oportunidade, foi noticiada a abertura de pautas extras do tipo inicial e de instrução em janeiro, fevereiro e março, antecipando as audiências marcadas até o mês de junho.

Mediante o projeto de otimização de rotinas e procedimentos, a Corregedoria Regional realizou encontro com servidores e diretor, bem como procedeu à análise dos processos no arquivo provisório e aguardando término de sobrestamento.

O Corregedor destaca, no entanto, que a abertura de pautas extras realizada pela Vara não foi suficiente. O número de audiências realizadas e processos baixados na fase de conhecimento ainda é bastante preocupante sendo necessário o contínuo e imediato incremento da pauta - **quantidade de processos, dias e turnos** (audiências iniciais e de instrução) e o eficaz monitoramento do quantitativo de casos novos mensais com vistas à redução dos prazos médios, como detalhado nas recomendações.

Por fim, registra bastante preocupação com o gerenciamento de tarefas da unidade judiciária, havendo sido encontrados diversos processos sem movimentação e constatada a idêntica situação do ano anterior com relação aos processos da tarefa “Análises”, que, com frequência, totalizam a média de 200 processos.

Dever-se-á observar os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução em pauta



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

para realização de audiências de conciliação, já tendo os magistrados demonstrado habilidade na condução de audiências com o intuito conciliatório, como se pode observar do índice da Meta 3 de 2021.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA
ANDRADE:101344484

Assinado de forma digital por THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE:101344484
Data: 2022.03.30 17:02:25 -0300
Certificado: 101344484
ou=7334115000115, ou=0000Conferecia, ou=Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região-TRT13,
br=Região, ou=THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE:101344484
Data: 2022.03.30 17:02:25 -0300

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000166-68.2020.5.13.0026	0000134-63.2020.5.13.0026	0000315-64.2020.5.13.0026
0000297-77.2019.5.13.0026	0000255-57.2021.5.13.0026	0173200-94.2014.5.13.0026
0001539-76.2016.5.13.0026	0000288-52.2018.5.13.0026	0131965-16.2015.5.13.0026
0000815-67.2019.5.13.0026	0002022-09.2016.5.13.0026	0000486-26.2017.5.13.0026
0001392-16.2017.5.13.0026		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000911-82.2019.5.13.0026	000951-35.2017.5.13.0026	0131498-37.2015.5.13.0026
0000349-10.2018.5.13.0026	0050700-94.2012.5.13.0026	0001517-81.2017.5.13.0026
0000145-92.2020.5.13.0026	0000888-10.2017.5.13.0026	0000459-38.2020.5.13.0026
0130549-13.2015.5.13.0026	0000615-94.2018.5.13.0026	0000847-09.2018.5.13.0026
0000798-02.2017.5.13.0026	0113700-39.2010.5.13.0026	0019700-81.2009.5.13.0026
0000060-38.2022.5.13.0026	0001220-74.2017.5.13.0026	